

## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

**ATENÇÃO:** sobre as funções de Tribunais de Contas, responda às duas próximas questões.

1

Uma página da Internet informa que uma das funções do Tribunal de Contas é a Função Fiscalizadora, aquela que compreende a realização das auditorias e inspeções, que podem ser por iniciativa própria, por requerimento do Congresso Nacional, para apuração de denúncias em órgãos e entidades federais ou em programas do governo, para apreciação da legalidade de atos de concessão de aposentadorias, reformas, pensões, admissão de pessoal no serviço público federal, fiscalização de renúncia de receitas, além de atos e contratos administrativos gerais.

Sobre esse texto, assinale a informação correta.

- (A) O verbo “compreender” é aplicado no sentido de abarcar e não no sentido de entender.
- (B) Ao usar a expressão “uma das funções”, o texto informa que essa é a principal de uma série de outras funções.
- (C) Nos segmentos “realização das auditorias” e “programas do governo”, os termos preposicionados têm o mesmo valor sintático, indicando agentes da ação.
- (D) Nos termos “que compreende a realização das auditorias” e “que podem ser por iniciativa própria”, os pronomes relativos “que” possuem o mesmo antecedente, ou seja, referem-se ao mesmo termo anterior.
- (E) O termo “além de”, no final do texto, introduz elementos da maior importância informativa no texto.

2

A mesma página informa que, entre os instrumentos utilizados na função fiscalizadora, está o “levantamento”, instrumento com o qual o TCU utiliza para compreender o funcionamento do órgão ou entidade pública, descobrindo os meandros da sua organização, identificando os objetos e instrumentos a serem fiscalizados, avaliando as suas viabilidades de realização.

Sobre a significação ou estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “sua” no segmento “da sua organização” se refere ao próprio TCU.
- (B) O termo “para compreender” pode ser adequadamente substituído por “para o entendimento”.
- (C) O segmento “com o qual o TCU utiliza para compreender o funcionamento” mostra um erro gramatical.
- (D) O termo “descobrindo os meandros da sua organização” mostra ideia de finalidade.
- (E) A forma verbal “serem fiscalizados” mostra uma ação passada, já realizada no processo.

3

A sigla TCU (Tribunal de Contas da União) mostra a mesma estruturação que a seguinte forma abreviada:

- (A) PETROBRAS (Petróleo Brasileiro)
- (B) STF (Supremo Tribunal Federal)
- (C) UNICAMP (Universidade de Campinas)
- (D) SUSEPE (Superintendência dos Serviços Penitenciários)
- (E) BRADESCO (Banco Brasileiro de Descontos)

4

Caso ocorra ilegalidade ou irregularidade nos atos de gestão de quaisquer órgãos ou entidade pública, caberá ao Tribunal de Contas fixar o prazo para cumprimento da lei. Quando não atendido o ato administrativo, o Tribunal deverá determinar a sustação do ato impugnado.

Essa função autoriza aos Tribunais de Contas a aplicarem sanções por ilegalidade de contas e despesas apresentadas pelos órgãos governamentais. Tais decisões sancionatórias dos Tribunais de Contas têm eficácia de título executivo, embora os Tribunais não tenham competência para executá-las, pois, caberá a execução às entidades públicas beneficiárias.

A função do Tribunal, no caso desse texto, pode ser adequadamente chamada de função

- (A) normativa.
- (B) corretiva.
- (C) de Ouvidoria.
- (D) informativa.
- (E) consultiva.

5

Observe a introdução de um artigo jurídico:

*O artigo analisa a evolução das funções dos Tribunais de Contas (TCs) no contexto das exigências contemporâneas de governança pública. Tradicionalmente voltados à fiscalização contábil e orçamentária, os TCs expandiram suas atribuições para abarcar novas funções como educadora, indutora e articuladora, respondendo às mudanças normativas e sociais.*

*As novas funções encontram embasamento nos compromissos constitucionais de maximizar os direitos fundamentais e os objetivos da República, como a promoção da transparência e a eficácia da gestão pública. Além disso, a inclusão do monitoramento e avaliação de políticas públicas nas leis orçamentárias reforça a necessidade de um controle externo mais proativo e integrado.*

Segundo esse segmento introdutório, o interesse maior do artigo é

- (A) analisar as funções tradicionais dos TCs.
- (B) anunciar futuras funções dos TCs.
- (C) indicar mudanças sociais que vão provocar alterações nos TCs.
- (D) mostrar e justificar a evolução das funções dos TCs.
- (E) denunciar modificações indevidas nos TCs.

**ATENÇÃO:** use o texto a seguir para responder às duas próximas questões.

6

Uma notícia recente dizia:

*A Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Thaisse Craveiro, convocou os Membros Institucionais do Conselho de Representantes para Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2026 (segunda-feira), às 17h, em modalidade virtual, por meio da plataforma Zoom.*

*A convocação ocorre nos termos do Estatuto da entidade e tem como pauta o exame de situação institucional envolvendo procedimento disciplinar contra Auditor de Controle Externo, bem como a definição de estratégias políticas e jurídicas voltadas à preservação da independência funcional e das garantias inerentes à função de auditoria.*

Nesse segmento textual, há exemplos corretos da utilização do acento grave indicativo da crase.

Assinale a frase em que o emprego desse acento mostra **incorreção**.

- (A) As leis respondem às necessidades da população.
- (B) Os olhos dos tribunais estão voltados à fiscalização.
- (C) As leis não devem ser obedecidas à força. -
- (D) Os sonegadores foram levados à Justiça.
- (E) O artigo dirige seu foco para às novas funções.

7

*A convocação ocorre nos termos do Estatuto da entidade e tem como pauta o exame de situação institucional envolvendo procedimento disciplinar contra Auditor de Controle Externo, bem como a definição de estratégias políticas e jurídicas voltadas à preservação da independência funcional e das garantias inerentes à função de auditoria.*

Entre os termos abaixo, aquele que se refere a um termo citado no texto da questão anterior, é:

- (A) convocação.
- (B) situação institucional.
- (C) procedimento disciplinar.
- (D) estratégias políticas.
- (E) independência.

8

Leia o texto a seguir.

*Funções de confiança, cargos comissionados e vínculos temporários – A ANTC propõe que cargos e funções de chefia, direção e assessoramento em atividades exclusivas de Estado – como a Auditoria de Controle Externo – sejam exercidos exclusivamente por servidores concursados da respectiva carreira. Essa medida reforça a imparcialidade, a continuidade institucional e a proteção da função pública contra interferências indevidas.*

*A entidade também defende que, no mínimo, 50% dos cargos em comissão de qualquer órgão sejam ocupados por servidores efetivos.*

Um texto pode expressar-se por distintas estruturas; entre as opções a seguir, assinale aquela que mostra uma substituição adequada da forma original por outra equivalente.

- (A) "Funções de confiança" = funções confiantes.
- (B) "vínculos temporários" = vínculos de longo tempo.
- (C) "sejam exercidos" = se exerçam.
- (D) "exclusivamente" = sem exclusividade.
- (E) "de qualquer órgão" = de um órgão qualquer.

9

Assinale a frase abaixo que mostra uma interferência da língua falada na língua escrita.

- (A) Os Tribunais de Contas (TCs) exercem funções de fiscalização, consultoria, julgamento, sanção, correção, normatização, informação e ouvidoria, garantindo a legalidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.
- (B) Tomando-se por parâmetro o Tribunal de Contas da União (TCU) pode-se dizer que são funções/competências das Cortes de Contas: Função Fiscalizadora, Consultiva, Informativa, Judicante, Sancionadora, Corretiva, Normativa e de Ouvidoria, e em alguns casos assumem o caráter Educativo ou Orientador.
- (C) A função de inspeção se refere à obtenção de informações que não têm no Tribunal, quanto para esclarecer dúvidas acerca dos procedimentos, apura fatos trazidos ao Tribunal por meio de representações ou denúncias.
- (D) Monitoramento: é o instrumento utilizado para aferir o cumprimento das deliberações proferidas pelo Tribunal e seus resultados.
- (E) Os TCs respondem às consultas, na forma de parecer, que tem valor normativo e forma prejudgamento de tese, não de fato ou de caso concreto, mas a direção dada aproveitará quando do exame do caso concreto correspondente.

10

Assinale a frase que mostra uma troca indevida entre parônimos (palavras semelhantes, mas de diferentes significados).

- (A) Os emigrantes ilegais são hoje uma preocupação flagrante nos países da Europa e nos Estados Unidos.
- (B) Os cidadãos, se infringem as leis, são punidos.
- (C) Nas sessões do Congresso, discutem-se fatos importantes para a vida da população.
- (D) A discricção é uma qualidade importante nos advogados.
- (E) As tarefas legais não podem ser mal executadas.

11

Leia o segmento textual a seguir.

*A fundamentar o entendimento de que o Tribunal de Contas exerce função jurisdicional está o argumento de que a competência de "julgar", constante da letra do Art. 71, II, indica que o Tribunal de Contas foi investido, ainda que parcialmente, de jurisdição específica de julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos. E se assim não se considerasse, de modo a permitir que após a decisão definitiva da Corte de Cortas pudesse ser revista, em seu mérito, em regra, pelo Poder Judiciário, tratar-se-ia de um órgão inócuo.*

O segmento deve ser classificado, em seu modo de organização discursiva e em sua tipologia, como

- (A) texto narrativo histórico, que tem por objeto sucessivas decisões de Tribunais.
- (B) texto dissertativo expositivo de caráter didático.
- (C) texto descritivo de caráter jurídico, destacando-se marcas típicas dos processos judiciais corretamente conduzidos.
- (D) texto dissertativo de caráter argumentativo, com a defesa de uma ideia.
- (E) texto dissertativo de tipo informativo, atualizando os leitores no conhecimento jurídico.

12

A língua portuguesa contém vocábulos com três acentuações tônicas: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.

Entre as opções abaixo, assinale aquela que mostra dois vocábulos com idêntica acentuação tônica (as palavras estão propositalmente sem acentos gráficos).

- (A) interim / decano.
- (B) prototipo / gratuito.
- (C) pesames / carater.
- (D) filantropo / maquinaria.
- (E) hipodromo / futil.

## Raciocínio Lógico Matemático

13

Sejam  $X$  e  $Y$  dois números inteiros maiores do que zero, tais que

$$2XY - Y = 36.$$

A soma dos possíveis valores de  $X$  é

- (A) 8.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 21.

14

Em uma urna há bolas brancas, bolas pretas e bolas vermelhas. Não há outras bolas na urna. Para cada 2 bolas brancas, há 3 bolas vermelhas, e para cada bola preta, há 2 bolas vermelhas.

Retiram-se 10 bolas de cada cor da urna e, agora, a quantidade de bolas pretas é  $\frac{1}{5}$  do total de bolas.

A quantidade inicial de bolas na urna era

- (A) 91.
- (B) 104.
- (C) 117.
- (D) 130.
- (E) 147.

15

Em um salão, 20% das pessoas presentes são homens e as outras 80% são mulheres.  $X\%$  das mulheres saem do salão, de modo que agora, o número de mulheres é igual ao número de homens.

O valor de  $X$  é

- (A) 40.
- (B) 45.
- (C) 50.
- (D) 60.
- (E) 75.

16

Dois jardineiros aparam  $120 \text{ m}^2$  de grama em 2h30min. Com a mesma eficiência, 3 jardineiros em 2h conseguem aparar

- (A)  $240 \text{ m}^2$ .
- (B)  $200 \text{ m}^2$ .
- (C)  $180 \text{ m}^2$ .
- (D)  $144 \text{ m}^2$ .
- (E)  $132 \text{ m}^2$ .

17

Certo ano, o mês de maio teve 5 quartas-feiras e 4 quintas-feiras.

Nesse ano, o dia 15 de maio foi

- (A) um sábado.
- (B) um domingo.
- (C) uma segunda-feira.
- (D) uma terça-feira.
- (E) uma sexta-feira.

18

A figura a seguir representa uma operação de adição entre dois números naturais: ABA e DCCD.

Cada letra representa um algarismo, letras diferentes representam algarismos diferentes,  $A \neq 0$  e  $D \neq 0$ .

$$\begin{array}{r} \phantom{+} \phantom{D} \phantom{C} \phantom{C} \phantom{D} \\ \phantom{+} \phantom{D} \phantom{C} \phantom{C} \phantom{D} \\ \hline 2 \phantom{0} 2 \phantom{6} \end{array}$$

O valor de  $A + B + C$  é

- (A) 13.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 16.
- (E) 17.

19

As amigas Alice, Laura e Catarina foram a um shopping comprar coisas de que necessitavam. Uma delas comprou uma bolsa, outra comprou um par de tênis e a terceira comprou um casaco. Sabe-se que, das afirmações a seguir, apenas uma é verdadeira.

- Laura comprou a bolsa.
- Catarina não comprou o tênis.
- Laura não comprou o casaco.

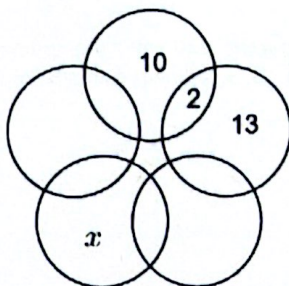
Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) Catarina comprou a bolsa.
- (B) Laura comprou o par de tênis.
- (C) Alice comprou o casaco.
- (D) Laura comprou a bolsa.
- (E) Alice não comprou o par de tênis.

20

A figura a seguir mostra 5 círculos cuja união é formada por 10 regiões disjuntas.

Cada região possui um número e a figura mostra os números de três regiões vizinhas.



Sabe-se que:

- a soma dos três números contidos em cada círculo é 20;
- os números das outras sete regiões são: 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, sendo um número em cada região.

O número  $x$  da figura acima é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 6.
- (E) 11.

## Ética no Serviço Público

21

João, auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), tomou conhecimento de que Maria, sua colega de trabalho, negou publicidade a atos oficiais, em situação não enquadrada como imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado ou de outra hipótese instituída em lei que autorizasse o sigilo, conduta tipificada no Art. 11, IV, da Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

Em razão disso, João passou a analisar as peculiaridades da situação em que Maria está envolvida, conforme disposto na aludida norma.

Assinale a opção que indica a correta conclusão alcançada por João.

- (A) O próprio Tribunal e Contas, após processo administrativo, poderá aplicar à Maria as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa, dentre as quais a sanção de multa civil de até 30 (trinta) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (B) A responsabilização na esfera em análise é objetiva, de modo que a caracterização do ato de improbidade de Maria independe do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- (C) A penalidade de perda da função pública não está elencada dentre aquelas que podem ser aplicadas à Maria, caso configurada a sua responsabilidade na respectiva esfera, mediante o ajuizamento da demanda pertinente.
- (D) A conduta praticada por Maria, ainda que não estivesse elencada no aludido inciso, poderia ser penalizada mediante o enquadramento no *caput* do dispositivo que versa sobre o ato de improbidade em questão, pois o respectivo rol é exemplificativo.
- (E) O enquadramento da conduta funcional de Maria na categoria dos atos de improbidade em comento independe da demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função pública, de modo que desnecessária a indicação das normas violadas.

22

Considerando a temática atinente à ética, à democracia e ao exercício da cidadania, avalie as assertivas a seguir.

- I. No âmbito de uma sociedade democrática é legítimo conflito de ideias.
- II. A cidadania restringe-se ao exercício de direitos políticos, notadamente o direito de votar e ser votado.
- III. Agir eticamente é submeter as ações apenas ao crivo da lei, independentemente da reflexão crítica sobre as próprias escolhas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

23

Ao realizar um estudo comparativo entre o acordo de leniência, elencado na Lei nº 12.846/2013 e o acordo de não persecução civil, previsto na Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, Ana concluiu corretamente que

- (A) tanto o acordo de não persecução civil quanto o acordo de leniência dependem de homologação judicial para surtirem efeitos, independentemente de o instrumento consensual ser formalizado antes ou depois do ajuizamento das demandas pertinentes.
- (B) o acordo de leniência não exige a pessoa jurídica da reparação integral do dano ao erário, no que se distingue do acordo de não persecução civil, instrumento por meio do qual o interessado poderá alcançar o abatimento de até metade de tal montante.
- (C) a celebração do acordo de não persecução civil depende da oitiva do ente federativo lesado, em momento anterior ou posterior à propositura da ação, requisito que não está previsto para a formalização do acordo de leniência.
- (D) os efeitos do acordo de leniência não poderão ser estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, ainda que firmem o acordo em conjunto e sejam respeitadas as condições nele estabelecidas.
- (E) em caso de descumprimento do acordo de leniência ou do acordo de não persecução civil, o interessado ficará impedido de celebrar novo instrumento consensual pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar do descumprimento.

24

Após ser aprovado no concurso de auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Carlos decidiu rememorar as normas atinentes ao uso responsável das redes sociais e mídias digitais previstas na Resolução nº 252/2024 do TCE-SC, que institui o Código de Conduta Ética dos servidores da aludida Corte de Contas, vindo a concluir corretamente que

- (A) a ausência de identificação expressa da qualidade de servidor do Tribunal de Contas em seu perfil pessoal, torna prescindível considerar que suas interações podem ser vinculadas à Instituição em razão da função pública.
- (B) o uso de mídias sociais durante o horário de expediente deverá ser priorizado para, dentre outras atividades, identificar demandas da sociedade e da mídia que possam ser atendidas pela Instituição.
- (C) o descumprimento das normas relativas ao uso responsável de redes sociais e de comunicação digital pelo servidor não poderá ensejar a instauração de processo disciplinar e/ou ético, considerando serem meras recomendações.
- (D) o servidor deve utilizar o e-mail institucional para administrar conta de perfil em qualquer rede social, para fins de facilitar a fiscalização quanto ao cumprimento dos deveres éticos impostos no âmbito da comunicação digital por parte do Tribunal de Contas.
- (E) o servidor deve evitar compartilhamento de pronunciamentos oficiais sobre casos decorrentes de sua atuação funcional, incluindo publicações veiculadas nos perfis institucionais ou de notícias já publicadas oficialmente na página eletrônica do Tribunal de Contas.

25

Nos termos da Resolução nº 302/2026 do TCE-SC, o procedimento administrativo, sigiloso e não punitivo, destinado a investigar indícios de enriquecimento ilícito por parte de servidor, inclusive evolução patrimonial incompatível com os seus recursos e disponibilidades por ele informados na sua declaração patrimonial, é designado

- (A) processo sumário.
- (B) sindicância acusatória.
- (C) sindicância patrimonial.
- (D) sindicância investigativa.
- (E) termo circunstanciado administrativo.

26

Após o devido processo, a sociedade Alfa foi responsabilizada em âmbito administrativo e judicial com base na Lei nº 12.846/2013, sendo aplicadas as penalidades proporcionais e adequadas, certo que na primeira esfera foi imposta a sanção de multa regularmente fixada e na segunda esfera as penas de perdimento dos bens e valores que representaram vantagem indevida e de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo Poder Público, pelo prazo de 3 (três) anos, além da determinação de reparação integral do dano ocasionado.

Considerando que a sociedade Alfa era controlada da sociedade Sigma ao tempo da infração, e que, após a mencionada penalização, foi incorporada pela sociedade Beta, bem como que é inequívoco que não houve simulação ou intuito de fraude nos aludidos arranjos societários, assinale a afirmativa correta à luz da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

- (A) A sociedade Sigma, na qualidade de controladora de Alfa, não pode responder por nenhuma das sanções a esta aplicadas em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, diante de expressa vedação legal.
- (B) A responsabilidade de Beta, enquanto sucessora de Alfa, será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei em comento.
- (C) As sociedades controladoras, como é o caso de Sigma, respondem subsidiariamente pela prática de ato lesivo à Administração Pública praticado por sua controlada Alfa, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa
- (D) A subsistência da responsabilidade da sociedade Alfa restringe-se às hipóteses de alteração contratual, fusão ou cisão, não sendo aplicável aos casos de incorporação, razão pela qual a sociedade Beta, na qualidade de sucessora, não responde por qualquer das mencionadas sanções.
- (E) Tanto a sociedade Sigma, controladora, quanto a sociedade Beta, que veio a incorporar a sociedade Alfa, respondem solidariamente pelas referidas sanções aplicadas pela prática de ato lesivo à Administração Pública, inexistindo restrição quanto à penalidades em que é passível a transferência de responsabilização.

27

Walter, auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), recentemente, praticou conduta que caracteriza infração disciplinar de menor potencial ofensivo, em decorrência de problemas de ordem pessoal devidamente justificados, que comprometeram a sua rotina funcional, sendo certo que, na última sexta-feira, tomou conhecimento da instauração do respectivo processo administrativo disciplinar

Ocorre que, anteriormente, diante de outra infração disciplinar de menor potencial ofensivo, em razão da falta de treinamento na área técnica relacionada, Walter já havia formalizado o aludido instrumento consensual com a Administração Pública, o qual foi devidamente cumprido.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta à luz do disposto na Resolução nº 302/2026, que institui a Política de Gestão e Controle da Disciplina no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

- (A) As comissões sindicantes e processantes poderão propor o termo de ajustamento de conduta em procedimentos disciplinares em curso até a elaboração do relatório conclusivo.
- (B) A celebração de termo de ajustamento de conduta, preenchidos os requisitos estabelecidos na norma em questão, é direito subjetivo do servidor, inexistindo discricionariedade para a Administração.
- (C) O servidor não poderá formalizar novo termo de ajustamento de conduta, na medida em que tal instrumento consensual somente pode ser aplicado uma vez para cada servidor, sendo vedado nas hipóteses de novas infrações.
- (D) Os problemas de ordem pessoal devidamente justificados e que possam comprometer a rotina profissional do servidor não caracterizam circunstância que justifica a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- (E) O servidor não poderá propor a celebração do termo de ajustamento de conduta após tomar conhecimento do processo disciplinar, considerando que tal instrumento consensual somente pode ser celebrado antes de sua instauração.

28

Uma vedação constante do Código de Conduta Ética dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Resolução nº 252/2024 do TCE-SC) é

- (A) cooperar com qualquer organização que atente contra a dignidade da pessoa humana.
- (B) utilizar os materiais fornecidos para a execução do trabalho com economia e consciência, evitando o desperdício e contribuindo para a sustentabilidade.
- (C) resistir e denunciar pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, de interessados e de outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações ou de omissões imorais, ilegais ou antiéticas.
- (D) representar imediatamente à chefia ou à unidade técnica competente todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, prejudicial ao Tribunal ou à sua missão institucional, de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo ou da função.
- (E) manter neutralidade no exercício profissional – tanto a real como a percebida –, conservando sua independência em relação às influências político-partidárias ou religiosas, de modo a evitar que essas venham a afetar – ou parecer afetar – a sua capacidade de desempenhar com imparcialidade suas responsabilidades profissionais.

29

No exercício de suas atribuições como auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Jorge foi questionado sobre as penalidades aplicáveis às pessoas jurídicas em decorrência de processo administrativo de responsabilização perante as autoridades competentes, com base na Lei nº 12.846/2013.

Nesse contexto, Jorge indicou corretamente a seguinte sanção:

- (A) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- (B) publicação extraordinária da decisão condenatória
- (C) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
- (D) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.
- (E) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas por até 10 (dez) anos.

30

Acerca da responsabilização com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), levando em conta a moderna orientação dos Tribunais Superiores, após as modificações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas os atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito admitem a responsabilização do agente em razão de culpa grave, nos demais casos é necessário dolo específico para fins de aplicação das penalidades previstas na respectiva norma.
- (B) A revogação de conduta constante do rol dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública não deve ser considerada nos processos em curso que estiverem em fase recursal, os quais deverão prosseguir com base na redação antiga da lei.
- (C) O novo regime prescricional previsto na norma em comento é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei, diante da necessidade de observância dos princípios da segurança jurídica, do acesso à Justiça e da proteção da confiança.
- (D) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para o ajuizamento da ação de improbidade que importa em prejuízo ao erário, não sendo admitida a propositura da demanda pelo ente ou entidade lesada pela conduta ímproba.
- (E) A caracterização do ato de improbidade que causa prejuízo ao erário em razão da conduta de dispensa indevida de processo licitatório independe da comprovação do efetivo prejuízo, pois o dano é presumido (*in re ipsa*).

31

Analise as condutas a seguir elencadas, praticadas por servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC):

- I. Lucia participou de trabalho de fiscalização em situação envolvendo Inalda, pessoa com quem possui profundo laço afetivo de amizade.
- II. Milton fez uso de informação privilegiada em benefício de seu irmão Marcos.
- III. Norma exerceu atividade que prejudicou a realização de tarefas atinentes ao seu cargo junto à Corte de Contas.

Considerando o disposto na Resolução nº 252/2024 do TCE-SC, que institui o Código de Conduta Ética dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), é correto afirmar que configura(m) conflito(s) de interesses a(s) conduta(s) praticadas por:

- (A) Lucia, apenas.
- (B) Milton, apenas.
- (C) Milton e Norma, apenas.
- (D) Lucia e Norma, apenas.
- (E) Lucia, Milton e Norma

32

Com relação às denúncias anônimas, à luz do disposto na Resolução nº 302/2026, do TCE-SC, que institui a Política de Gestão e Controle da Disciplina no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), assinale a afirmativa correta.

- (A) A averiguação ou investigação preliminar sumária decorrente de denúncia anônima destina-se à verificação dos dados do denunciante.
- (B) As denúncias anônimas que versem sobre fatos notoriamente inverídicos devem necessariamente ensejar a averiguação ou investigação preliminar sumária.
- (C) A denúncia anônima é expressamente vedada, de modo que, em nenhuma hipótese, poderá fundamentar averiguação ou investigação preliminar sumária.
- (D) A sindicância acusatória, o procedimento sumário ou o processo administrativo disciplinar podem ser instaurados com base exclusivamente em denúncia anônima.
- (E) As denúncias anônimas que forem manifestamente genéricas, vagas ou incoerentes serão arquivadas, de plano, mediante decisão fundamentada do Corregedor Geral.

## Informática e Análise de Dados

33

Durante a redação de um Relatório de Instrução, um Auditor observa que os títulos das seções não estão aparecendo no painel de navegação, dificultando a organização do documento. Ele decide aplicar a formatação correta para permitir a geração automática de um sumário ao final.

Para que o Microsoft Word identifique automaticamente a estrutura hierárquica do texto para fins de sumário e navegação, o Auditor deve

- (A) aumentar o tamanho da fonte e aplicar negrito manualmente em cada título.
- (B) Inserir uma Caixa de Texto para cada título de seção.
- (C) aplicar Estilos de Título aos nomes das seções.
- (D) utilizar a Área de Transferência para copiar a formatação de um arquivo externo.
- (E) inserir um Marcador Simbólico antes de cada parágrafo do título.

34

Um Auditor do TCE-SC precisa acessar dados sigilosos de uma prefeitura. Para garantir que esses dados não sejam acessados por pessoas não autorizadas, ele deve observar um dos pilares da segurança da informação.

O princípio que garante que a informação esteja acessível somente por pessoas explicitamente autorizadas denomina-se

- (A) integridade.
- (B) disponibilidade.
- (C) confidencialidade.
- (D) não repúdio.
- (E) autenticidade.

35

O Auditor está operando um banco de dados relacional que contém a tabela CONTRATOS. Ele precisa contar quantos contratos ativos existem para o município de 'Florianópolis'.

O comando SQL que executa essa tarefa corretamente é

- (A) `SELECT SUM(contratos) FROM Contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`
- (B) `SELECT COUNT(*) FROM Contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`
- (C) `SELECT DISTINCT(*) FROM Contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`
- (D) `SELECT ALL FROM Contratos GROUP BY municipio;`
- (E) `SELECT SEARCH contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`

36

Em uma auditoria de folha de pagamento, o Auditor fiscaliza dados sensíveis de servidores públicos, como filiação sindical ou dados de saúde.

Segundo a LGPD, o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, com o objetivo de executar competências legais.

Nesse contexto, assinale a opção que apresenta a base legal que dispensa o consentimento do titular para o exercício de auditoria por Tribunais de Contas.

- (A) Interesses legítimos do controlador.
- (B) Proteção do crédito.
- (C) Execução de políticas públicas e cumprimento de obrigações legais.
- (D) Proteção da vida ou da incolumidade física do titular.
- (E) Consentimento tácito do servidor.

37

Um Auditor deseja comparar se a média de gastos *per capita* com educação, nos Municípios da região Oeste de Santa Catarina, é significativamente diferente da média da região Serrana. Ele sabe que a suposição de que tais gastos seguem uma distribuição normal é válida.

O método estatístico mais adequado, para comparar as médias dessas duas amostras independentes, é o

- (A) teste t de Student.
- (B) teste qui-quadrado.
- (C) do coeficiente de correlação de Pearson.
- (D) da regressão logística.
- (E) da distribuição de Poisson.

38

O TCE-SC desenvolveu um modelo de IA para detectar fraudes em licitações. Durante o treinamento, o modelo apresentou 99% de acerto na base de dados histórica, mas, ao ser aplicado em dados novos de 2026, a precisão caiu para 55%.

Esse fenômeno técnico, no qual o modelo decora os dados de treinamento mas falha em generalizar para dados novos, é conhecido como

- (A) Underfitting.
- (B) Overfitting.
- (C) Normalização de Dados.
- (D) Aprendizado não supervisionado.
- (E) Regressão Logística.

39

Um Auditor está montando um fluxo de dados que extrai informações de um banco de dados SQL, de notas fiscais eletrônicas em formato JSON e de relatórios em PDF com texto livre.

Assinale a opção que indica a classificação desses três tipos de dados, respectivamente.

- (A) Estruturados, Semiestruturados e Não Estruturados.
- (B) Não Estruturados, Estruturados e Semiestruturados.
- (C) Semiestruturados, Estruturados e Não Estruturados.
- (D) Estruturados, Não Estruturados e Semiestruturados.
- (E) Todos são classificados como Estruturados após o processo de ETL.

40

Um Auditor do TCE-SC utiliza um token com certificado digital para assinar eletronicamente um despacho. Esse processo garante a integridade e o não repúdio.

A tecnologia que utiliza um par de chaves, uma pública e uma privada, sendo a privada usada para assinar o documento, e a pública, para verificar a assinatura, é a(o)

- (A) Criptografia Simétrica.
- (B) Criptografia Assimétrica.
- (C) Criptografia por Substituição.
- (D) Algoritmo de Hashing MD5.
- (E) Autenticação de Fator Único.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Auditoria Governamental, Compliance, Gestão de Risco e Governança

41

No Brasil, a legislação de *compliance* no setor público visa coibir a prática de atos de corrupção e punir objetivamente as empresas que não adotarem políticas internas de prevenção à fraude e à corrupção, especialmente quando possuem contratos firmados com o Poder Público.

Sobre esse tema, avalie as afirmativas a seguir considerando as disposições da legislação e das políticas de *compliance* e combate à corrupção adotadas no Brasil.

- I. A Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais não influenciou a legislação brasileira de *compliance* e a prevenção à corrupção.
- II. Na legislação brasileira, a responsabilização de pessoas jurídicas depende da comprovação de dolo ou culpa dos agentes causadores de atos lesivos ao erário.
- III. A responsabilização por atos lesivos ao erário abrange os atos praticados contra o patrimônio de instituições públicas nacionais e estrangeiras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.